

Moção Específica

Prioridade à Habitação Pública com apoio de Fundos Europeus

Apresentada no VII Congresso do LIVRE - Lisboa, 2 de fevereiro de 2019

Proponentes: Ana Natário, Patrícia Robalo, André Góis

A Habitação é essencial para uma vida digna, livre e socialmente integrada das populações. O custo e a qualidade da habitação são fundamentais para os níveis vida e de bem-estar dos cidadãos. O acesso à habitação constitui um direito que tem vindo a ser negado a grande parte da população, especialmente nos grandes centros urbanos. Como consequência da especulação imobiliária e da procura de maiores retornos por parte dos proprietários, os elevados valores de venda e de renda das casas praticados nos últimos anos estão cada vez mais ao alcance de menos pessoas.

A habitação a custos acessíveis é importante para os mais jovens, uma vez que permite uma maior mobilidade para aqueles que migram em busca de melhores oportunidades de ensino ou de condições de trabalho ou para os que procuram emancipar-se e/ou constituir família.

Na Europa, em especial nos países do Sul e Centro-Occidental, quase metade dos jovens com idades entre os 18 and 34 anos vive em casa dos pais e cerca de 42% dos jovens com idades entre os 16 e 29 anos e em risco de pobreza gastam mais de 40% do seu rendimento na habitação, para além de existir uma maior probabilidade de viverem em casas sobrelotadas (1). Verifica-se que a diferença geracional no acesso à habitação é cada vez maior, comparando a dificuldade que os jovens de hoje encontram face aos jovens de há 20 anos.

Os jovens têm cada vez mais dificuldade no acesso à compra de habitação devido aos preços das casas, à insegurança no trabalho e à maior dificuldade de acesso ao crédito bancário. Tal situação encaminha-os para um mercado de arrendamento desestruturado, para o qual uma maior procura contribuiu para um aumento dos preços e assim dificultando o acesso à habitação.

Os estudantes deslocados, em particular, vêm-se obrigados a recorrer ao arrendamento privado dado a falta de residências, uma vez os governos têm desinvestido nos últimos anos em políticas públicas de oferta a este nível (1). Os preços do arrendamento livre são insuportáveis para a maior parte das famílias o que condiciona escolhas e oportunidades para os jovens que têm ou querem estudar longe do seu local de residência.

É evidente a necessidade de um maior apoio da União Europeia aos vários países que a compõem para a garantia deste direito enquanto uma salvaguarda para a melhoria das condições básicas de vida das populações, pela sua saúde, educação e integração social. É igualmente necessário controlar e decrescer os custos de construção e reabilitação dos edifícios por forma a garantir habitação a custos acessíveis, assim como também é necessário procurar formas de facilitar o acesso ao financiamento de bens imobiliários (2).

O programa eleitoral da Primavera Europeia (3) prevê a defesa da segurança de habitação para todos, propondo:

- O acesso a uma casa digna, limitando os despejos que devido à crise financeira afligem várias famílias europeias;
- O financiamento através do Programa de Solidariedade da garantia uma habitação digna promovendo o modelo de habitação social;
- A introdução de uma moratória aos despejos resultado de dívidas dos proprietários com a possibilidade de permanecer nas suas casas pagando uma renda acessível fixada por comissões locais.

Aposta também num programa de investimento verde que procura a transição das comunidades para fontes sustentáveis de energia e a proteção dos europeus dos danos causados por catástrofes ambientais direcionando fundos para a renovação de edifícios vulneráveis e edifícios públicos com construção anti sísmica (3).

A nível nacional também se verifica a falta de habitação pública, a necessidade de valores de compra e arrendamento compatíveis com os rendimentos dos cidadãos de modo a evitar o seu sobre-endividamento e exclusão territorial, a urgência do combate à especulação imobiliária e a definição de políticas que impeçam a transformação dos principais centros urbanos em espaços exclusivamente turísticos. O LIVRE tem vindo a participar na discussão pública sobre este assunto tendo contribuído com propostas para a alteração à Lei de Bases da Habitação.

Os proponentes promovem, com esta moção, a discussão de integração no programa das europeias do LIVRE, a nível nacional, das seguintes medidas a defender junto da União Europeia para minimizar o problema de acesso à Habitação:

- Fundos comunitários para investimento em parque habitacional público para que todos os países alcancem 10% de habitação pública acessível e não apenas de carácter social, como forma de garantir o acesso aos cidadãos de habitações nos grandes centros urbanos e a minimizar a falta de oferta no mercado normal de arrendamento;
- Investir na inclusão social e territorial dos cidadãos através de apoio para a reabilitação de edifícios nos grandes centros urbanos destinados à primeira habitação ao arrendamento de longa duração;

- Maior apoio para soluções de habitação pública, cooperativa e de habitação social garantido acesso a habitação com custos acessíveis, em especial destinada aos jovens e estudantes, promovendo a sua mobilidade e acesso ao emprego;
- Promover a investigação de soluções de construção ou reabilitação a custos controlados por forma a garantir maior número de habitações acessíveis;
- Promover as cooperativas habitacionais por forma a capacitar os cidadãos (em especial os jovens) que queiram adquirir habitação acessível através de uma gestão colectiva;
- Investimento de fundos comunitários destinados às Universidades e Politécnicos para aumentar o número de residências disponíveis para os estudantes.
- Investimento para investigação científica multi-disciplinar sobre habitação, espaço urbano e coesão territorial de modo a informar melhor a construção de políticas públicas assim como melhorar a contribuição das universidades para a monitorização e resolução destes problemas.

Referências:

- (1) “Housing the EU Youth - Research Breifing - Vol. 1 of the Series “Housing in the Post-2020 EU”, Housing Europe Observatory the Research Branch of Housing Europe, Alice Pittini, Bruxelas, Março 2018.
- (2) “Affordability in housing construction - Research Breifing - Vol. 3 of the Series “Housing in the Post-2020 EU”, Housing Europe Observatory the Research Branch of Housing Europe, Mariel Whelan e Alice Pittini, Bruxelas, Novembro 2018.
- (3) Programa da Primavera Europeia,
<https://partidolivres.pt/primavera-europeia/programa-da-primavera-europeia-ver-sao-beta>